

O SEMINÁRIO DA CONCEIÇÃO: UM PROJETO DE EDUCAÇÃO

LÚCIA HELENA GAETA ALEIXO¹

Resumo

Este artigo esquadrinha a atuação do primeiro bispo de Mato Grosso, D. José Antônio dos Reis, à frente do Seminário Episcopal da Conceição, no correr da segunda metade do século XIX demonstrando a importância do projeto de educação religiosa para formação de uma elite local responsável pelo destino político, social e econômico da Província de Mato Grosso. O Seminário se incumbia da educação sacerdotal, formação semelhante àquela que os outros seminários espalhados pelo Brasil o faziam:- impregnar o clero imbuído dos preceitos de uma educação liberal e burguesa, sempre fiel, no entanto, aos princípios da Santa Sé.

Palavras-chave: educação,

Palavras-chave: seminário episcopal, educação, sociedade.

Resumen

Este artículo investiga el funcionamiento del primer bispo de Mato Grosso, Dom Jose Antonio dos Reis de, al frente del seminario episcopal del Conceição, en el funcionamiento de la segunda mitad del siglo XIX demostrando la importancia en el proyecto de la educación religiosa para la formación de la élite local responsable por la destinacion política, social y económica de la provincia de Mato Grosso. El seminario si estuvo cargado de la educación sacerdotal, formación similar a eso la otra extensión de los seminarios para el Brasil lo hizo: - impregne el imbuído del clero de las reglas de un liberal y de un bourgeois, educación siempre fiel, sin embargo, a los principios del Sé Santo.

Palabras-llave: seminario episcopal, sociedad, educación

Introdução

A segunda metade do século XIX é caracterizada por um grande vazio e pela perda de identidade do clero brasileiro. Após a expulsão dos jesuítas, nenhuma outra ordem religiosa assume o papel exercido pelos colégios jesuítas que funcionavam em pontos estratégicos do litoral. Pouco numerosos, os padres não conseguiam acompanhar o crescimento populacional. Bispos e padres, porque nomeados pelo rei, ficavam atrelados ao poder laico. Dito de outra maneira, podemos afirmar que eles eram representantes de uma religião de Estado, funcionários do governo ligados aos interesses dos grandes proprietários. (Hauck et al, 1992)

A grande maioria dos padres e bispos provenientes de outras paragens, quando não de países distantes, não se identificava com as aspirações da população local. Seus interesses passavam ao largo dos fiéis. Como funcionários do rei, buscavam complementar sua renda com outras atividades e acabavam se notabilizando no campo político. Muitos se tornavam deputados e deixavam suas dioceses para exercer o próprio mandato na Corte Imperial. Não

¹ Professora Doutora em História pela Universidade de São Paulo e Coordenadora da Pós-Graduação do UNIVAG

raro, estes mandatos perduravam por várias legislaturas, utilizando-se das benesses do poder anos a fio.²

As pregações religiosas repisavam o discurso da ordem vigente no País. Melhor dizendo, o seu viver por inteiro respirava a idéia de que a religião católica era responsável por difundir este ideal: que a paz e a tranqüilidade sinonimizavam garantia de unidade nacional e de segurança dos povos. A submissão, a obediência, a subordinação às autoridades constituídas se traduziam em máximas, ora espalhadas pelas pastorais ora apregoadas nos sermões eclesiásticos. Faltava à Igreja, no Brasil, uma unidade que lhe imprimisse consciência. As revoltas nativistas alertaram as autoridades quanto ao poder exercido pelos religiosos que delas participaram. Tudo isso culminou com uma vigilância policial sobre as atividades religiosas.

Alguns fatos levaram a Igreja do Brasil a se aproximar da Sé Romana. Sobreleve-se a ação de Pio IX, no favorecer a concentração dos bispos do mundo todo por ocasião do Dogma da Imaculada Conceição (1854). Some-se a esse fato o 19º centenário da morte dos apóstolos Pedro e Paulo (1867), revivificado pelos sulcos profundos assinalados pelo Concílio Vaticano I. Além disso, os bispos empreenderam luta em favor da autonomia da Igreja, alinhando-se contra a ingerência do poder civil no tocante às questões religiosas.

È de notar: os bispos objetivavam uma reforma interna na Igreja, grifada pelo estreitamento das relações com a Santa Sé. Pretendiam, mais que tudo, aprimorar a formação sacerdotal e fortalecer a instrução religiosa do povo. Para tanto, desnecessário frisar que todas as ações deveriam se concentrar na reforma da educação ministrada nos seminários. Acreditava-se que, revitalizando a formação do clero, haveriam de reformar, igualmente, os costumes públicos, ancorados numa educação sacerdotal mais consistente (Hauck, 1992). Mais ainda: será o momento em que a formação de seminaristas deverá estar centrada nas doutrinas emanadas de Roma. Assim, o projeto pedagógico dos seminários deveria restringir-se ao sagrado: os fiéis comprometidos com os sacramentos, a santificação dos dias de domingo das festas e seus atos. No decorrer do século XIX, a Igreja irá pensar em se tornar uma Instituição geradora de civilização e progresso, e não mais autoritária e retrógrada. (Romano, 1979)

Criação do Seminário Episcopal de Cuiabá

Esse o cenário em que, entrado 1853, o Ministério dos Negócios da Justiça cria a cadeira de Teologia Dogmática e Moral para o Seminário Episcopal, cujo objetivo era vir ao encontro da preocupação que perseguia primeiro o bispo de Cuiabá, dom José, com a evangelização e a

² O bispo diocesano de Cuiabá, Dom José Antonio dos Reis, serviu ao Império, como deputado, por várias Legislaturas, até assumir definitivamente a diocese da capital mato-grossense.

deficiência do clero mato-grossense. O Decreto nº. 1.149, de 22 de abril de 1853, nomeava o padre Ernesto Camilo Barreto lente da cadeira de Teologia Dogmática e Moral, recebendo “*o ordenado anual de um conto e duzentos mil réis*”.

Já no ano seguinte, iniciava-se o curso no Seminário da Conceição de Cuiabá, funcionando, a princípio, na própria residência episcopal e na sacristia da Capela de Nossa Senhora do Bom Despacho. Em agosto de 1854, o padre Ernesto Camilo Barreto assumia a reitoria do Seminário.³

Para ingressar no Seminário, indispensável que os candidatos, além de apresentarem os documentos habituais de identificação e conduta, prestassem exames de Latim, Filosofia e Língua Francesa. O primeiro estatuto foi aprovado segundo a provisão de 15 de setembro de 1854. Previa que as sabatinas de Teologia Moral seriam obrigatórias para os seminaristas matriculados, bem assim, para todo o clero da diocese que se encontrasse presente na Capital. Como somente o clero da Capital ou aquele que, naquele momento, nela estivesse presente estariam hábeis para beneficiar-se dessa regalia, dom José, interessado sobretudo em incentivar os padres de outros municípios a que retomassem os estudos e se aprimorassem, instituiu, por meio de Pastoral, as chamadas Conferências Eclesiásticas Pastorais. A pretensão de dom José se revelava necessária para que o clero esmerasse seus conhecimentos das ciências e letras eclesiásticas, elevando-lhe o nível intelectual e moral. Sempre voltado para o fortalecimento das doutrinas emanadas de Roma.

Dom José entendia que a reforma do clero era fundamental, mas, antes de tudo, acreditava que incontestável seria reforçar a autoridade dos bispos, apequenados, não poucas vezes, pela ingerência das autoridades civis em assuntos religiosos. Os padres, estes se valiam do privilégio de apelar para a Coroa, mesmo quando se tratasse de medidas determinadas pelo bispo. Quando consultado pelo Ministério dos Negócios Eclesiásticos sobre o bem da religião e do culto, dom José imitiu parecer, sugerindo um Concílio dos Bispos, em documento datado de 10 de agosto de 1863.

As penas sugeridas pelo bispo, nesse documento, já vinham prescritas no Código de Direito Canônico, cabendo ao governo imperial tão-somente reconhecê-las. Não obstante propusesse correções meramente disciplinares, objetivava, por força da sugestão de internação dos faltosos em seminários, recuperar o clero viciado (Ofício 28-9-1863, ao Ministério dos Negócios Eclesiásticos).

Nesse mesmo documento, dom José sugere ao governo que determine a obrigatoriedade do

³. Padre Ernesto Camilo Barreto prestou juramento e fez sua profissão de fé seguindo os preceitos da Bula do Santo Padre Pio V- In Sacrossanta e da Constituição do Arcebispo da Bahia.

ensino da doutrina cristã nas escolas de instrução primária. Recomenda que o clero seja afastado de atribuições civis, competindo-lhe aquelas atividades de ensino e educação pública que considerava adstritas à esfera do ministério sacerdotal. Em complemento, reporta-se às baixas remunerações percebidas pelo clero, não sem acentuar o estado de pobreza em que este se encontrava. Propunha a melhora no valor das cômputas — pensão paga aos párocos — para que pudessem se sustentar, minimamente que fosse.

Medidas voltadas para a melhoria das condições de trabalho e de salário, acrescidas das necessidades de atualização de conhecimento, levaram o bispo diocesano a exigir dos padres de sua diocese a presença deles na Capital, tendente à apresentação e à participação nas conferências eclesiais. Impunha duas conferências mensais, feitas por estudantes, elegidos por meio de sorteio.

Aos sábados, isto era praxe, havia arguições de Dogma e Moral, presidida pelo bispo diocesano. *“Assim como pouca filosofia nos leva à irreligião, o pouco conhecimento dos dogmas nos faz, como diz o Apóstolo, flutuar em toda sorte de Doutrina.”*

Com tais palavras, o padre Ernesto afiançava a importância que o aprimoramento dos mestres do clero se daria a partir dessas conferências, conferindo, às suas repartições e aos locais de atuação, significativa melhora.

Inicialmente o Curso Teológico do Seminário Episcopal era ministrado em dois anos. No primeiro ano, estudava-se a parte prática da Teologia Moral e Dogma, reservando ao segundo ano o aprofundamento dessa disciplina, estabelecidos os elos entre teoria e prática. Por inexistir edifício próprio para o internato, os alunos freqüentavam o curso na qualidade de externos, estabelecida a obrigatoriedade de confessar-se mensalmente, não ignorando o período de férias. Mais que isso: os bilhetes de confissão, até mesmo durante as férias, faziam parte dos documentos obrigatórios para a promoção às ordens.

Ressentida a falta de Teologia Exegética e Religião, como disciplinas complementares à de Dogma e Moral, o bispo instituiu, de modo interino, essas cadeiras, e que mais tarde foram canceladas pelo governo imperial.

O bispo dom José, sempre atuante, não media esforços no construir o edifício próprio para o Seminário, especialmente por entender que era necessário manter os candidatos ao sacerdócio em regime de internato. Tal concepção, o padre Ernesto a compartilhava. Em relatório apresentado ao bispo diocesano, assim se expressava: *“È verdade, o internato é o meio mais eficaz e proveitoso à educação do futuro clero, e o garante de uma instrução intelectual e moral mais sólida à mocidade que, no porvir, haja de formar a sociedade. Livres*

de distorções seculares, do rebuliço do povo, alheios aos escândalos intermitentes, passarão por cima dessa plêiade de vícios que corrói a nossa sociedade”.

Havia — é de registrar — também a necessidade de facultar oportunidade aos jovens vocacionados ao sacerdócio, provenientes de outras cidades da Província, medida que tinha como cunho não circunscrever esse privilégio aos jovens cuiabanos, só a eles facilitando o ingresso no seminário e a frequência a ele. À falta de alojamento, mais do que a outros fatores, se devia a dificuldade da permanência desses candidatos nas aulas regulares.⁴ O ano letivo se iniciava em 3 de março, e seu término se dava em 31 de outubro. Os exames de admissão ao Seminário se realizavam na segunda quinzena de fevereiro.

À luz do Estatuto do Seminário, reformulado em 1863, o plano de Estudos contemplava dois cursos: o Preparatório e o Teológico. No Preparatório, os alunos cursavam aulas de Latim, Francês, Filosofia, Retórica e Eloquência Sagrada. Já no curso Teológico, estas as disciplinas a serem ministradas: História Sagrada, Teologia, Exegética, Canto Gregoriano, Liturgia, Instituições Canônicas, História Eclesiástica, Teologia Dogmática e Teologia Moral.⁵

Grande a preocupação com a disciplina Retórica e Eloquência Sagrada. As aulas tinham a duração de três horas. Para tanto, no que toca ao curso de Retórica, recorriam aos compêndios de Freire de Carvalho. Quanto à Eloquência Sagrada, básico era o compêndio do presbítero Roquet. Posteriormente, houve sugestão de substituí-los por obras de Quintiliano, Le Clerc e Blair, considerados mais adequados e já utilizados em outras escolas.⁶

No curso Preparatório, os alunos deveriam ser treinados para dominar o dom da oratória. O currículo previa a tradução e leitura de poetas, oradores e historiadores clássicos, entre eles Cícero, Horácio e Virgílio.

A grande preocupação, nesse momento, era ministrar formação não distante daquela que em outros seminários vinha ocorrendo. Demandava nove anos a preparação para o sacerdócio, portanto só o internato garantia a permanência do futuro padre em Cuiabá. Ressalta-se o índice de evasão, muito grande, mesmo por parte de alunos regularmente

⁴Relatório apresentado em 1862 pelo padre Ernesto Camilo Barreto a dom José Antônio dos Reis: “Em fevereiro e março, porém pronta a frente do Edifício, é bem provável que possa acomodar meia dúzia de moços, aproveitando-se para isto as salas que sobrarem para aulas no pavimento superior”.

⁵ Listagem dos professores do Seminário Episcopal : ano de 1866:

Latim - João Leocádio da Rocha; *Filosofia*- Bacharel João Carlos Schulze; *Liturgia*- Antônio Henrique de Carvalho Ferro; *História Sagrada*-Ernesto Camilo Barreto; *História Eclesiástica*- Manoel Pereira Mendes; *Retórica*- José Maria Viegas; *Moral* - Antônio Henriques de Carvalho Ferro; *Francês*- Joaquim José Rodrigues Calhao.

⁶Relatório do Seminário Episcopal da Conceição apresentado pelo padre Ernesto Camilo Barreto em 1862.

matriculados e residentes em Cuiabá. Aos olhos do padre Ernesto, a justificativa desse índice se assentava no sistema de externato.

O mesmo padre Ernesto assinalava como solução, abolir o sistema das matrículas arbitrárias, já que não havia condições de instituir o regime de internato, dada a inexistência de edifício, que os abrigasse. Assim argumentava ele: *“as ciências formam entre si uma cadeia, cujos elos guardam uma legítima relação de precedência. Invertida ou quebrada esta, o espírito vacila, a clareza substitui as trevas”*. (Relatório, 1862)

Para ele era indispensável que se tivesse continuidade no aprendizado. As matrículas aleatórias não franqueavam um acompanhamento apropriado do aluno no respeitante ao conteúdo, dificultando o aprendizado e convidando à evasão.

O principal articulador das atividades do Seminário foi, sem dúvida, o padre Ernesto Camilo Barreto. Religioso da ordem dos Franciscanos da Província e Arcebispado da Bahia publicou compêndios de Teologia Dogmática. Esteve sempre preocupado em estabelecer critérios que aperfeiçoassem os estudos do Seminário. Propunha a criação de um seminário menor, com cadeiras de primeiras letras. Justificava essa proposta alegando que, em outras dioceses, havia liceus e colégios particulares que favoreciam o ensino, ao passo que Mato Grosso não abrigava esses recursos. Além do mais, entendia : *“que essa medida seria o meio mais seguro de conhecer a vocação individual e de tirar a Religião para seus ministros, homens experimentados no espírito do Senhor e educados desde a infância com o leite de sua doutrina”*.⁷

Intentando formar o clero imbuído dos preceitos de educação liberal e burguesa, sempre fiel aos princípios da Santa Sé, dom José, à semelhança do padre Ernesto, comungava este pensamento: *“é nosso dever dar uma boa formação ao nosso futuro clero, sempre respeitando os sagrados interesses da Igreja e da fé cristã, na obediência dos preceitos estabelecidos pelo Estado”*. Está isso a assinalar que bispo de Cuiabá obedecia ao regalismo que, ainda neste momento, imperava no Brasil.

Os recursos financeiros para as obras do Seminário Episcopal foram sempre objetos de extrema preocupação. Embora assim, as aulas do Seminário continuavam sendo ministradas, sem um prédio que se harmonizasse com suas reais necessidades.

Em 1862, o padre Ernesto informava, em seu relatório, que as obras estiveram paralisadas por ausência de recursos, mas, na presente data, já haviam sido retomadas,

⁷Relatório do Seminário Episcopal da Conceição da Diocese de Cuiabá, apresentado em 1862 ao Exmo. Bispo Diocesano Dom José Antônio dos Reis pelo promontório Apostólico Ernesto Camilo Barreto.

aguardando para fevereiro de 1863 a conclusão da fachada do edifício e de quatro salas para os exercícios escolares.

Em 1868, o governo imperial, conforme decreto n. 4 de 16 de junho, criou a cadeira de Instrução Primária do Segundo Grau, aproveitando as acomodações então existentes no Seminário Episcopal. Essa decisão fez do seminário um ambiente importante para a formação de muitos jovens.

O Período da Guerra com o Paraguai

Os anos sessentas foram anos de grandes dificuldades para a Província de Mato Grosso. A guerra com o Paraguai, a varíola associadas às cheias constantes do rio Cuiabá, causando enorme inundação, foram episódios marcantes que a população e o governo enfrentaram. A falta de recursos atingiu os cofres públicos, paralisando a obra do Seminário da Conceição.

O medo da guerra, a fome, a falta de gêneros de primeira necessidade e a alta nos preços tomaram conta da Província. A navegação, através da Bacia do Prata bloqueada pelo conflito, impedia o abastecimento da Província por essa via. Em 1865, o boato deu conta de que a Bolívia se aliara ao Paraguai e iria atacar a Província de Mato Grosso. Esse episódio foi alvo de grande pânico em Cuiabá, por conta da proximidade da fronteira com a Bolívia, somando ao fato de não existir, nesse momento, força armada capaz de deter o avanço das tropas inimigas sobre o território mato-grossense.

O bispo dom José se inquietava com a insegurança da população de Vila Maria e se manifestava pedindo orações e abrigo, aos fiéis de Cuiabá, para as pessoas que precisavam sair dessa linha de fronteira.

Gerada pela guerra, a varíola representou flagelo que a todos atingia.⁸O surto chegou a Cuiabá em 1867. Nada o detinha. Espalhou-se rápida e vorazmente.

Dom José, diante da epidemia, transformou o Seminário e sua própria casa em hospital, local para abrigar as pessoas contaminadas pela doença.

A epidemia se alastrava, e a mortalidade atingiu índices alarmantes, tornando impossível o conveniente sepultamento dos cadáveres.⁹

No vasculhar a documentação que ilumina esse fato, diferentes versões concernentes à propagação do vírus da varíola. Joaquim F. Moutinho, vivendo no período em que a doença assolara Cuiabá, relata em sua obra os efeitos sobre a população cuiabana. Descreve, com

⁸.MOUTINHO, Joaquim Ferreira F. op. cit.

⁹.Idem.Ibdem. Ver ainda Relatório do Presidente da Província Barão de Aguapehy ano de 1868.

detalhes, o sofrimento e a angústia que afligiam as famílias em contato com a doença. Impotentes diante do avanço da bexiga — nome com que o povo denominava a varíola—, incapazes de conter a ação das autoridades, que buscavam no interior das residências os cadáveres de pessoas contaminadas para proceder ao devido sepultamento e à incineração, os cuiabanos, no tentarem evitar, a disseminação e a contaminação, outra saída não encontraram que não buscar refúgio e consolo nas preces, orações e celebrações litúrgicas estimuladas pelo bispo.

A invocação da proteção do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, para os habitantes da cidade de Cuiabá, era prática comum nesse século. No ápice da epidemia, quando os atos litúrgicos tiveram que ser igualmente suspensos por receio da contaminação pelo vírus, dom José continuou, força viva e incansável, a estimular o povo, visitando os doentes para ministra-lhes a extrema unção.

O medo da morte esteve sempre presente no imaginário da sociedade ocidental. A idéia de que, após a morte, todo homem teria de prestar contas de seus atos a Deus fazia com que se recorresse a preces, a um número infindável de missas, à dádiva de esmolas aos santos, a novenas, entre outros atos condicionados, quando não pela Igreja, pela credence generalizada do povo. O destino que tomaria a alma dependia, portanto, da piedade e da contrição dos crentes.

O bispo dom José, em suas pregações e pastorais, incentivava seus fiéis a praticar o bem, a ajudar ao próximo, a se manifestar como bons cristãos mediante atos e ações que os pudessem levar a merecer o reino dos céus. Construir uma sociedade solidamente edificada em preceitos cristãos, onde as práticas religiosas eram seguidas, acreditava ele fosse o objetivo de sua vocação sacerdotal.

Vendo falecer mais da metade de seus padres, solicitava, em 1870, ao Ministério dos Negócios Eclesiásticos, que enviasse novos sacerdotes para sua diocese: *“haver falecido da horrível peste das bexigas onze reverendos sacerdotes e três ordinários”*.

A guerra com o Paraguai acarretou, de conseqüência, grande dificuldade para a Província.¹⁰ As aulas no Seminário Episcopal se ressentiram duramente. No ano de 1872 *“se acham matriculados no Seminário 54 alunos nas diversas aulas, número certamente pequeno, e fato bem deplorável, efeito, porém, e resultado ainda de dois horríveis flagelos que assolaram esta Província, a guerra do Paraguai e a epidemia da bexiga”*.

¹⁰.Cartas Pastorais datadas de 15 de outubro de 1864 e de 22 de junho de 1867.

Neste mesmo documento, reclamava ainda da falta de professores para ministrar as aulas de duas cadeiras do Seminário: Liturgia e Canto Gregoriano.¹¹ A guerra com o Paraguai foi prejudicial, não há negar, ao desenvolvimento socioeconômico da Província. Ameaçada pelas forças paraguaias, a cidade de Cuiabá assistiu, impotente, à evasão de sua população para participar do conflito.

Intentando formar o grosso da tropa nacional, o governo imperial decretou, em novembro de 1866, que os escravos, que voluntariamente se apresentassem para lutar na guerra, alcançariam a liberdade. Muitos se alistaram de maneira espontânea. Outros, no entanto, foram obrigados a fazê-lo, ora para substituir os filhos de seus senhores que haviam sido recrutados, ora para acompanhá-los.

A proximidade com a fronteira Paraguaia exigiu alerta constante. Além de dificultar a comunicação com outras províncias e com o governo imperial, a Província se via assoberbada pelos gastos com a guerra. Víveres, animais, escravos, homens, tudo foi deslocado para a guerra. A demanda por recursos financeiros impunha ao governo imperial opções que tinham o condão de dar prioridade às tropas envolvidas no conflito. A guerra devastou o território paraguaio e abalou sensivelmente a Província de Mato Grosso. A cidade de Corumbá sofreu com o sítio imposto a ela por tropas do Paraguai. Não bastasse a varíola, no Sul da Província de Mato Grosso, especialmente em Miranda, a epidemia de cólera também contribuiu para dizimar parte da população, notadamente os soldados que fugiam das investidas paraguaias.

Dom José sempre atento e pronto para abraçar causas que se afinavam com seu caráter liberal. Bem por isso, continuava pedindo dinheiro para a conclusão das obras do Seminário com o intuito de acolher alunos internos. Em 1873, recebera a quantia de seis contos de reis, aplicados por inteiro nessa causa.

Movimento Abolicionista

Os anos setentas foram marcados pelo movimento abolicionista. Em Mato Grosso, a exemplo do que ocorrera em todo o Brasil, tais idéias tiveram apoio das Sociedades Emancipadoras, que se dispunham a lutar contra a escravidão. Várias iniciativas tiveram eco em Mato Grosso¹². Dom José colaborou com a difusão dessas idéias, o que compatibilizava

¹¹Ofício enviado ao Dr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, em 6 de fevereiro de 1872.

¹²Sobre este assunto, ver MENDONÇA, Estevão, *Datas Mato-Grossenses e ALEIXO*, Lúcia Helena Gaeta, Mato Grosso: Trabalho Escravo e Trabalho Livre. (1850-1888).

com seu espírito de abolicionista convicto. Em 1871, respondendo ao Ministro da Agricultura, dr. Theodoro Machado F. Pereira da Silva, sobre o projeto da Lei do Ventre Livre, assegurava que acolhia a recomendação formulada pelo ministro quanto a esclarecer a opinião pública sobre o benefício de tal legislação e o fazia não só por cumprir o dever que lhe era instituído como servidor do Estado, mas *“especialmente é que esperamos ansiosos pelo projeto convertido por termos firme convicção de sua necessidade em lei”*.¹³

O Livro de Conferência dos Párocos registra como tema de uma conferência a *possibilidade de conferir o batismo a africano boçal ou a um índio sem instrução circunstanciada* (Livro de Registro das Conferências dos Párocos, 1855-1866). Denota interesse pela condição do escravo e do índio na sociedade, além de procurar estabelecer procedimento comum a todos os párocos sobre a matéria.

Em 1872, dom José participou da cerimônia de concessão de liberdade a 62 escravos da nação, patrocinada pelo presidente da Província, Francisco José Cardoso Júnior.¹⁴

Dom José, a bem da verdade, não presenciou a abolição da escravidão. Nem lhe foi dado ver nem a obra final do Seminário Episcopal, pela qual tanto se empenhou. Com a saúde abalada pelos mais de 34 anos de trabalhos dedicados à diocese de Cuiabá, faleceu em 11 de novembro de 1876.¹⁵

O testamento deixado está a patentear seu caráter e sua disposição em lutar por aquilo em que acreditava. Fiel aos preceitos da Igreja, dom José buscou, vida a fora dar a Mato Grosso o arcabouço cultural que lhe permitisse avançar em seu tempo, descortinando possibilidades trilhando caminhos que levassem a sociedade a agir de forma mais justa e mais humana.

Conclusão

O Segundo Império foi decisivo para a reforma do clero e da formação sacerdotal. O número reduzido de sacerdotes levou o Estado a apoiar a iniciativa dos bispos, no que toca à criação de seminários, com a intenção de elevar o nível de instrução e da formação sacerdotal do Brasil.

¹³Carta enviada em 10 de novembro de 1871.

¹⁴A Situação, de 29 de março de 1872.

¹⁵A Situação e O Apostolo

Os seminários despendiam, em grande parte, dos recursos fornecidos pelo governo, tanto para pagamento de salários dos professores como para as obras de construção e reforma de seus prédios. A ingerência do governo chegava ao extremo em determinar o currículo, não raro impondo até mesmo os manuais que deveriam ser utilizados pelos professores nesses estabelecimentos.

A reforma religiosa e espiritual, alicerçada na teologia, tinha características bem próprias, sempre a serviço da formação do clero. Cumpre assinalar que não se apresentava como uma ciência criativa, cingindo-se, no geral, a uma feição por demais repetitiva. Mais do que tudo, a pregação se limitava à eloquência sagrada. A obediência a Roma, vinha marcada pelo respeito às doutrinas dela emanadas. O poder civilizatório da Igreja se fazia presente na própria formação dos seminaristas.

O regime do padroado régio era de competência do imperador, autoridade para escolher bispos, criar dioceses, além de dispor do beneplácito que lhe concedia a autoridade para aprovar previamente as determinações advindas da Santa Sé. Impunha aos bispos a condição de reproduzir o discurso da ordem e obediência, cujo principal intento era defender o poder e conduzir o projeto civilizador da igreja. Acreditava-se, que com uma formação sacerdotal mais sólida, a sociedade também poderia ser transformada. Com isso, os costumes se ajustariam aos preceitos apregoados pela Igreja, atendendo também aos ditames do Estado: ordem, paz e tranqüilidade. Tudo isso leva ao progresso e a civilização.

Na visão da Igreja os pobres eram objetos de caridade, não de justiça. (Hauck et al. 1992). Bem por isso, o Seminário preparava o clero para exercer a caridade como instrumento de vocação sacerdotal e, ao mesmo tempo, uma caridade ao pobre em sua individualidade, não como membros de um grupo ou classe social, sem a preocupação de compreender as causas da miséria. (Hauck et al. 1992). Daí o Estado via na educação clerical um meio necessário para referendar seu projeto de nação. Dito de outra forma servia para legitimar a formação burguesa e liberal pretendida pelo Estado brasileiro.

O projeto de educação do Seminário da Conceição foi fundamental para a formação de uma elite intelectual, que por vezes, assumiu posições de comando na Província de Mato Grosso¹⁶. Sem sombra de dúvidas cumpriu seu papel. Fortaleceu a elite dominante, contribuindo para a construção de uma sociedade ordeira inteiramente voltada para os interesses das oligarquias locais (Aleixo, 1991). Ao final do século XIX, o projeto em favor

¹⁶ A exemplo, de Joaquim Murtinho Ministro da Fazenda, seu irmão Manoel José Murtinho Presidente da Província entre outros.

da autonomia da Igreja contra a ingerência do poder civil sobre as questões religiosas acabou se concretizando. Não podemos negar que, nos anos vindouros, a Igreja irá redefinir seu papel, afirmando-se na sociedade brasileira por intermédio do saber letrado.

Fontes e Bibliografia

Documentos

Apontamentos manuscritos do padre Walmir Delfino César, Cúria Metropolitana de Cuiabá.

Aviso expedido pelo Ministério dos Negócios da Justiça, em 22 de abril de 1853, criando as cadeiras de Teologia Dogmática e Moral, no Seminário Episcopal da Conceição de Cuiabá.

Aviso Ministerial, de 22 de abril de 1853, nomeando o padre Ernesto Camilo Barreto para lente da cadeira de Teologia Dogmática e Moral, no Seminário Episcopal da Conceição de Cuiabá.

Carta pastoral de dom José Antônio dos Reis, de 15 de outubro de 1864 e 1867.

Carta pastoral emitida por dom José Antônio dos Reis, em 22 de setembro de 1868.

Carta Pastoral redigida por dom José Antônio dos Reis, datada de 1845.

Cópia da Certidão do Testamento de dom José Antônio dos Reis, passada a 21 de agosto de 1879 ao Cônego Joaquim de Sousa Caldas.

Estatutos do Seminário Episcopal da Conceição da Diocese de Cuiabá, 1º de setembro de 1854.

Listagem dos professores do Seminário Episcopal da Conceição, relativa ao ano de 1866.

Livro de matrícula dos lentes do Seminário Episcopal da Conceição, ano de 1865.

Livro de Registro das Conferências dos Párocos, 1855 a 1866.

Livro de Registro de Correspondência da Congregação do Seminário Episcopal da Conceição de Cuiabá, ano de 1863.

Livro de Registro de Deliberações, Nomeações e Diplomas Relativos à Congregação dos Lentes do Seminário Episcopal da Conceição, de 1863 a 1873.

Livro de Registro de Obras Pias, 1854.

Livro de Registro de todos os papéis e documentos do Seminário Episcopal da Conceição da Diocese de Cuiabá, janeiro de 1856.

Livro de Registro do expediente da Secretaria do Seminário Episcopal da Conceição, ano de 1866 a 1876.

Livro de Registro dos termos de exame nas aulas do curso preparatório do seminário Episcopal da Conceição, referente ao ano de 1863. Ofício enviado ao bispo dom José Antônio dos Reis pelo Ministério dos Negócios do Império, em 5 de julho de 1872, com as observações feitas pela Congregação do INDEX sobre o Compêndio de Teologia Moral do mestre Rodrigues de Araújo, impresso no Porto, em 1858.

Mapa Geral dos trabalhos/exercícios do curso teológico do Seminário Episcopal da Conceição da Diocese de Cuiabá, desde 1º de setembro de 1854 até novembro de 1855.

Ofício enviado ao Ministro dos Negócios Eclesiásticos por dom José Antônio dos Reis, em 28 de setembro de 1863.

Portaria de dom José, datada de 27 de abril de 1840, concedendo título honorário de arcebispo e de cônego honorário aos padres José da Silva Guimarães Manoel Gomes Farias e Manoel Machado Siqueira.

Relatório apresentado ao bispo diocesano dom José Antônio dos Reis, em 1862, pelo padre Ernesto Camilo Barreto.

Relatório do presidente de Província, Barão de Aquapehy, ano de 1868.

Periódicos:

O Apóstolo, de 29 de novembro de 1876

A Situação, de 29 de março de 1872.

Relatórios dos Presidentes de Província relativos aos anos de 1854 a 1879.

Dom Francisco de Aquino Correa. Heróis Obscuros da Igreja Mato-grossense RIHMT ano III n. XVI

_____,(1986) Dom José Antonio dos Reis. In: *DISCURSOS*, vol. II. Tomo III Instituto Histórico de Mato Grosso.

Bibliografia

ALEIXO, Lúcia Helena Gaeta. (1991). *Vozes no Silêncio: subordinação e resistência ao trabalho em Mato Grosso*.(1850-1930).Cuiabá. EdUFMT.

ALVES, Gilberto Luiz (1993). *O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda (1800-1836)*.SP. Humanidades.

- AZZI, R.(1991) *A crise da cristandade e o projeto liberal*. São Paulo, Paulinas.
- BEOZZO, J.O. (org.). (1980). *História da Igreja no Brasil I: segunda época: A Igreja no Brasil do século XIX*. Petrópolis, Vozes.
- CORREA FILHO, Virgílio.(1969) *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro. Instituto Nacional do Livro.
- GERSON, Brasil.(1978). *O Regalismo Brasileiro*.Rio de Janeiro.INL/Ed. Cátedra.
- HAUCK, João Fagundes; FRAGOSO, Hugo; BEOZZO, José Oscar; GRIJP, Klaus Van de; BROD, Benno.(1992) *História da Igreja no Brasil: Igreja no Brasil no século XIX*. Petrópolis, Vozes.
- MENDONÇA, Estêvão de. (1973).*Datas Matogrossenses*. Gioania, Rio Bonito.
- MENDONÇA, Rubens de. *História de Mato Grosso*. s/d. , s/ed.
- MESQUIDA, Peri.(2001) *Educação e Hegemonia Católica no Brasil (1870- 1900)*. Revista Dialogo Educacional. V.2-n.3- p.113-128-jan/jun.
- MESQUITA, José de. O Seminário da Conceição. In: Revista do Instituto Histórico de *Mato Gross*, anos XXIII e XXIV, 1941-42.
- MOUTINHO, Joaquim Ferreira. (1869).*Notícia sobre a província de Mato Grosso seguido de um roteiro de Viagem de sua capital a São Paulo*. São Paulo, Typografia Henrique Schroeder,
- ROMANO, Roberto. (1979) *Brasil: Igreja contra Estado*. São Paulo: Kairós.
- SOUZA, Antonio Fernandes de. Centenário do Bispado de Cuiabá, *Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, ano VIII n . XVI
- TAUNAY Alfredo E. *A Cidade de Mato Grosso, Antiga Vila Bela no Guaporé e sua mais Ilustre Vítima*. RJ.Ed. Melhoramentos, s/d.
- TREVISAN, Leonardo. (1987). Estado e educação na história brasileira (1750-1900). São Paulo, Moraes.